

SUMÁRIO

LEI 8.429/92 – ANOTADA E COMENTADA	17
Capítulo I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	17
1 Conceito.....	17
1.1 Regramento constitucional.....	22
1.2 Suspensão dos direitos políticos.....	25
1.3 Perda da função pública	25
1.4 Indisponibilidade de bens.....	26
1.5 Ressarcimento ao erário	26
1.6 Crime de responsabilidade	27
1.7 A hediondez da improbidade	28
2 Lei de Improbidade Administrativa	30
2.1 Sujeitos passivos	30
Art. 1º	30
2.2 Sujeitos ativos	35
Art. 2º	35
2.2.1 Agentes públicos	37
2.2.2 Agentes políticos.....	38
2.2.3 Servidor público	39
2.2.4 Função honorífica.....	39
2.2.5 Agentes delegados.....	39
3 Terceiros ou Particulares.....	42
Art. 3º	42
3.1 Terceiro beneficiado	44
3.2 As condutas do terceiro particular.....	45
4 Dever da Legalidade	47
Art. 4º	47
4.1 Princípio da legalidade.....	48

4.2	Princípio da moralidade administrativa.....	49
4.3	Princípio da impessoalidade.....	55
4.4	Princípio da publicidade.....	55
5	Ressarcimento do Dano.....	56
Art. 5º	56
6	Enriquecimento Ilícito.....	58
Art. 6º	58
7	Indisponibilidade de Bens.....	60
Art. 7º	60
8	Responsabilidade Civil da Herança.....	71
Art. 8º	71
Capítulo II – DOS ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....		75

Seção I

Dos Atos de Improbidade Administrativa que Importam Enriquecimento Ilícito

9	Enriquecimento Ilícito.....	75
Art. 9º	75
9.1	Servidor Público: remuneração sem trabalho.....	81
9.2	Recebimento de vantagem econômica.....	85
9.3	Favorecimento para prática de superfaturamento.....	86
9.4	Favorecimento para preço inferior ao valor de mercado.....	87
9.5	Uso indevido de bens públicos.....	89
9.6	Favorecimento de atividade ilícita.....	93
9.7	Declaração falsa sobre medição ou avaliação de obras ou serviços.....	94
9.8	Sinais exteriores de riqueza incompatível com a renda.....	96
9.9	Vínculo funcional indevido.....	99
9.10	Advocacia administrativa.....	100
9.11	Recebimento de vantagem para prevaricar.....	101
9.12	Apropriação de bens públicos.....	102
9.13	Uso de bens públicos em proveito pessoal.....	103

Seção II

Dos Atos de Improbidade Administrativa que Causam Prejuízo ao Erário

10	Lesão ao Erário.....	104
Art. 10	104

10.1	Desvio de bens públicos.....	111
10.2	Uso indevido de bens públicos.....	112
10.3	Doação de bens públicos com irregularidades	114
10.4	Favorecimento de transação desvantajosa para o erário.....	116
10.5	Facilitação para a aquisição de bens com sobrepreço	117
10.6	Operação financeira sem formalidades legais ou garantia suficiente.....	118
10.7	Concessão irregular de benefício administrativo ou fiscal	125
10.8	Frustrar a legalidade de licitação.....	127
10.9	Dispensa indevida de licitação	135
10.9.1	Dispensa indevida de licitação: contratação de advogado	148
10.9.1.1	O princípio da padronização.....	157
10.9.1.2	A vigência dos contratos.....	159
10.9.1.3	A alteração dos contratos.....	160
10.9.1.4	Da subcontratação.....	160
10.9.1.5	Da cessação do contrato licitado	160
10.9.1.6	Da suspensão dos contratos	162
10.10	Ordenar despesa pública irregular.....	162
10.10.1	Despesa com pessoal: Lei de Responsabilidade Fiscal	164
10.10.2	Despesa com pessoal: Limite orçamentário	173
10.10.3	Restos a pagar	175
10.11	Negligência na arrecadação fiscal e conservação do patrimônio público	176
10.12	Liberação irregular de verba pública.....	178
10.13	Permissão ou facilitação para enriquecimento ilícito de terceiro	180
10.14	Uso de bens públicos em favor de particular.....	181
10.15	Celebração de contrato com violação às formalidades legais	184
10.16	Celebração de contrato com insuficiência de dotação orçamentária.....	185

Seção III

Dos Atos de Improbidade Administrativa que Atentam Contra os Princípios da Administração Pública

II	Violação dos Princípios da Administração Pública	187
Art. II	187
II.1	Configuração do ato de improbidade independe de dano ao erário	192

11.1.1	Configuração do ato de improbidade independe de dolo ou culpa	200
11.1.2	Configuração do ato de improbidade depende de conduta dolosa.....	201
11.1.3	Configuração de atos de improbidade administrativa: dolo genérico.....	206
11.1.4	Não configura ato de improbidade administrativa.....	216
11.2	Desvio de poder ou ilegalidade do objeto	218
11.2.1	Desvio de finalidade: diárias e despesas com viagens.....	227
11.2.2	Publicidade institucional: promoção pessoal de autoridades	231
11.2.3	Assédio moral.....	237
11.3	Prevaricação administrativa	239
11.3.1	Descumprimento de ordem judicial.....	243
11.3.2	Omissão do procurador público na ação regressiva.....	250
11.4	Violação de sigilo funcional.....	255
11.5	Negação da publicidade aos atos oficiais	256
11.6	Frustrar a licitude de concurso público	257
11.7	Omissão no dever de prestar contas	262
11.7.1	Tribunal de Contas	266
11.7.2	Inadimplência dos títulos do Tribunal de Contas: insolvência civil.....	274
11.8	Divulgação de informações econômicas privilegiadas.....	278
Capítulo III – DAS PENAS.....		279
12	Das Sanções.....	279
Art. 12.....		279
12.1	Perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente - patrimônio.....	281
12.1.1	Ressarcimento integral do dano.....	283
12.1.2	Perda da função pública	284
12.1.3	Suspensão dos direitos políticos.....	286
12.1.4	Multa civil.....	286
12.1.5	Proibição de contratar ou receber incentivos do Poder Público	288
12.2	Dano moral coletivo: condenação	289
12.3	A individualização da pena	293
Art. 12.....		293
12.3.1	Pena dos atos de improbidade que importam em enriquecimento ilícito.....	295

12.3.2	Pena dos atos de improbidade que causam prejuízo ao erário	296
12.3.3	Pena dos atos de improbidade que atentem contra os princípios administrativos	298
Capítulo IV – DA DECLARAÇÃO DE BENS		301
13	Declaração de Bens	301
Art. 13		301
Capítulo V – DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO E DO PROCESSO JUDICIAL		303
14	Procedimento Administrativo	303
Art. 14		303
15	Comissão Processante	306
Art. 15		306
16	Representação Administrativa de Improbidade	307
Art. 16		307
16.1	Sequestro de bens	307
16.2	Indisponibilidade de bens	311
16.3	Quebra do sigilo bancário e fiscal	319
17	Ação de Improbidade Administrativa	330
Art. 17		330
17.1	Competência jurisdicional	332
17.2	Foro privilegiado	338
17.2.1	Foro competente: Juízes estaduais e parlamentares	344
17.2.2	Foro competente: Conselheiro do Tribunal de Contas	352
17.2.3	Foro competente: Prefeitos, ex-prefeitos e vereadores	353
17.2.4	Foro competente: Secretário de Estado	356
17.3	A legitimidade do Ministério Público	356
17.4	Vedação de acordo ou conciliação	359
17.5	Complementação do ressarcimento de dano	360
17.6	Ministério Público como autor da demanda	361
17.7	Ministério Público na condição de <i>custos legis</i>	365
17.8	Prevenção jurisdicional	366
17.9	Ação civil pública e ação popular	368
17.10	Da instrução probatória da exordial	371

17.11	Notificação prévia do(s) representado(s)	374
17.12	Das exceções de impedimento, competência e suspeição do juiz, do promotor de justiça ou serventuário	378
17.13	Rejeição da ação	383
17.14	Recebimento da ação.....	387
17.15	Recurso da decisão de recebimento da ação	392
17.16	A inadequação da ação	393
17.17	Depoimento e inquirição de autoridades.....	394
17.18	A instrução processual.....	396
17.19	Julgamento antecipado da lide	399
17.20	Carta precatória.....	403
17.21	Carta rogatória	406
17.22	Das provas em geral.....	411
	17.22.1 Prova pericial	411
	17.22.2 Incumbência da prova	414
	17.22.3 Prova ilícita	416
	17.22.4 Valoração da prova.....	419
	17.22.5 Direito a prova.....	420
	17.22.6 Depoimentos e inquirições	423
	17.22.7 Prova testemunhal	425
17.23	Audiência de instrução e julgamento	427
	17.23.1 Nulidade processual	433
18	Sentença.....	440
Art. 18	440
18.1	A Sentença condenatória	442
18.2	Aspectos específicos da sentença	450
18.3	Incidente de inconstitucionalidade na sentença.....	451
18.4	Aplicação da pena ou sanção	456
18.5	Dosimetria da pena.....	462
18.6	Publicação da sentença e prazo para embargos declaratórios	469
18.7	Tutela específica na sentença.....	471
	18.7.1 Aplicação da multa cominatória contra a Fazenda Pública.....	476
	18.7.2 Execução da multa cominatória contra a Fazenda Pública.....	481
	18.7.3 Recurso contra tutela específica	487
18.8	Efeitos da sentença condenatória	487

18.8.1	Execução da sentença.....	488
18.9	A sentença absolutória.....	492
18.10	Nulidade da sentença.....	493
18.11	Recebimento da apelação no efeito devolutivo.....	495
18.12	Duplo grau de jurisdição.....	497
18.13	Sentença que operou coisa julgada.....	500
Capítulo VI – DAS DISPOSIÇÕES PENAIS.....		503
19	Crime de Representação Caluniosa.....	503
Art. 19.....		503
19.1	Aplicação da pena por representação caluniosa.....	504
19.2	A responsabilidade civil por representação caluniosa.....	506
20	Perda da Função Pública e Suspensão dos Direitos Políticos com Trânsito em Julgado.....	507
Art. 20.....		507
20.1	Afastamento cautelar do agente público.....	508
21	Independência da Aplicação das Sanções.....	517
Art. 21.....		517
21.1	Desvinculação das decisões do Tribunal de Contas.....	521
21.2	Exame judicial das decisões do Tribunal de Contas.....	523
21.3	Distinção entre juízo de fato e juízo de valor.....	526
22	Procedimento Administrativo ou Inquérito Policial.....	528
Art. 22.....		528
Capítulo VII – DA PRESCRIÇÃO.....		531
23	Da Prescrição.....	531
Art. 23.....		531
23.1	Contagem do prazo prescricional.....	542
Capítulo VIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.....		547
Art. 24 e Art. 25.....		547
REFERÊNCIAS.....		549
ANEXOS.....		553
ÍNDICE ALFABÉTICO.....		621